



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS

DE MACAÉ Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, realizou-se reunião ordinária do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Macaé, conduzida pelo Presidente do Conselho, Kuíka, com a participação de conselheiros representantes do poder público e da sociedade civil, além de convidados e observadores. Iniciados os trabalhos, o Presidente Kuíka apresentou a pauta constante do edital de convocação. O primeiro ponto da pauta consistiu na leitura e aprovação da ata da reunião ordinária realizada em 11 de dezembro. Considerando que a referida ata havia sido previamente encaminhada aos conselheiros para leitura, Kuíka consultou o plenário sobre a necessidade de leitura integral do documento ou se os conselheiros já se sentiam aptos a deliberar sobre sua aprovação. Não havendo manifestações contrárias ou pedidos de alteração, a ata foi colocada em aprovação, sendo considerada aprovada pelos conselheiros presentes. Na sequência, passou-se à apreciação da ata da reunião extraordinária realizada em 12 de janeiro. Kuíka informou que o documento também havia sido previamente disponibilizado para análise dos conselheiros. Após consulta aos membros do colegiado sobre eventuais observações ou ressalvas, não houve manifestações contrárias, sendo a ata considerada aprovada. Prosseguindo com a pauta, iniciou-se o debate sobre a estruturação do plano de comunicação do Conselho Municipal de Políticas Culturais. Kuíka relatou que a mesa diretora havia realizado reuniões prévias para discutir formas de organizar e melhorar a comunicação do Conselho, destacando dificuldades encontradas na preservação e acesso a documentos produzidos em gestões anteriores. Segundo relatado, diversos registros de grupos de trabalho e decisões do Conselho encontravam-se dispersos em e-mails ou grupos informais, dificultando a recuperação dessas informações. Nesse contexto, foi concedida a palavra à conselheira Luma, que apresentou proposta de organização da comunicação institucional do Conselho. Em sua exposição, Luma explicou que a proposta consistia em estruturar a comunicação em dois eixos principais: comunicação interna, destinada à troca de informações entre conselheiros, e comunicação pública, voltada à divulgação das decisões e atividades do Conselho para a comunidade cultural e para a sociedade em geral. Para a comunicação interna,



foi sugerida a utilização de grupo institucional de WhatsApp e do e-mail do Conselho para envio de documentos oficiais, convocações e registros formais. Já para a comunicação pública, foram indicados canais como Instagram institucional e canal informativo no WhatsApp, com a finalidade de divulgar decisões, comunicados e documentos produzidos pelo colegiado. Durante o debate, a conselheira Grazielle manifestou preocupação com a observância dos princípios da administração pública no funcionamento do Conselho, ressaltando que, embora metade dos membros represente a sociedade civil, o órgão atua em cogestão com o poder público e, portanto, deve observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. A conselheira também questionou a forma como havia sido definida a data da reunião ordinária, observando que o regimento estabelece que as reuniões ordinárias ocorrem na segunda quinta-feira do mês e que eventuais alterações deveriam ser previamente discutidas e formalizadas. Ainda em sua manifestação, Grazielle questionou se a organização da comunicação ficaria concentrada em apenas uma conselheira ou se seria criada uma comissão específica, conforme previsto no regimento interno. Também levantou preocupação quanto ao uso de perfis institucionais do Conselho em associação com perfis pessoais ou empresariais nas redes sociais, alertando que tal prática poderia gerar questionamentos quanto à impessoalidade e até eventuais implicações jurídicas. Em resposta, Janine esclareceu **que havia entendido que o Conselho havia decidido antecipar a reunião ordinária por causa do período do Carnaval**, que tornaria difícil a participação de muitos conselheiros. Ela explicou que, na interpretação dela, a discussão anterior indicava que a reunião ordinária seria **antecipada para evitar que ocorresse na semana do Carnaval**, quando muitos integrantes da área cultural estariam trabalhando ou envolvidos em atividades culturais. Com relação ao plano de comunicação informou que a proposta apresentada tratava-se apenas de um modelo inicial de organização da comunicação e que a intenção era justamente abrir o debate para aperfeiçoamento coletivo. Destacou ainda que muitos conselheiros não possuem familiaridade com ferramentas digitais, sendo necessária a colaboração daqueles que possuem experiência na área para viabilizar a organização da comunicação



61 institucional. A conselheira Luma também se manifestou, esclarecendo que a proposta
62 apresentada dizia respeito apenas à estrutura organizacional da comunicação e que,
63 após sua aprovação, seria elaborado um plano de comunicação mais detalhado por
64 meio de um grupo de trabalho específico. A conselheira também respondeu às
65 observações feitas sobre o uso de redes sociais, afirmando que sua intenção ao utilizar
66 recursos de colaboração em publicações foi ampliar o alcance das informações do
67 Conselho, mas reconheceu a pertinência do debate e a necessidade de estabelecer
68 diretrizes claras para o uso dos canais institucionais. Encerrada essa etapa de
69 discussões, foi deliberado pela aprovação da estrutura básica de comunicação
70 apresentada pela conselheira Luma, ficando definido que seria criado um Grupo de
71 Trabalho de Comunicação responsável por desenvolver e detalhar o plano de
72 comunicação do Conselho. Manifestaram interesse em integrar esse grupo as
73 conselheiras Luma, Grazielle, Brenda e Juliana, ficando aberta a participação de outros
74 membros. Na sequência, passou-se à pauta referente à Política Nacional Aldir Blanc –
75 PNAB. A conselheira Janine, representante da Secretaria Municipal de Cultura,
76 informou que o município ainda aguardava a transferência dos recursos federais
77 referentes ao novo ciclo da política cultural, não havendo até aquele momento
78 confirmação oficial do repasse por parte do Ministério da Cultura. Informou também
79 que a Secretaria já havia iniciado os preparativos para elaboração dos editais
80 necessários à execução dos recursos, incluindo o edital para contratação de
81 pareceristas responsáveis pela análise técnica dos projetos culturais. Posteriormente,
82 passou-se à discussão sobre a tabela de valores do novo edital de credenciamento
83 cultural. Janine informou que os valores apresentados foram definidos com base em
84 pesquisas de mercado e experiências anteriores, mas que estavam abertos à revisão a
85 partir das contribuições do Conselho. A conselheira Poliana manifestou-se apontando
86 que, no caso da área da dança, os valores e a duração das apresentações previstos na
87 tabela não estavam condizentes com a realidade do setor, comprometendo-se a
88 encaminhar sugestões de ajustes por escrito. A conselheira Grazielle ressaltou que a
89 análise do edital não deveria se limitar apenas à tabela de valores, mas abranger todo
90 o texto do documento, indicando a existência de inconsistências que precisariam ser



91 corrigidas. Defendeu que fosse estabelecido prazo para que conselheiros e
92 representantes dos segmentos culturais encaminhassem contribuições formais ao
93 Conselho. Durante o debate, a participante Rastricinha, do setor audiovisual,
94 apresentou considerações sobre as especificidades da área, destacando que os direitos
95 patrimoniais das obras audiovisuais normalmente pertencem às produtoras, o que
96 poderia gerar conflitos jurídicos caso a contratação fosse feita diretamente com
97 autores ou realizadores individuais. Sugeriu que o edital considerasse atividades
98 formativas ou de mediação cultural relacionadas à exibição das obras, como debates
99 ou apresentações sobre o processo de produção audiovisual. Diante das diversas
100 contribuições apresentadas, Janine manifestou-se no sentido de acolher as sugestões e
101 propôs a abertura de prazo para que conselheiros e interessados encaminhassem suas
102 propostas por escrito, permitindo posterior análise técnica e eventual revisão do edital.
103 Ao final da reunião, Kuíka ressaltou a importância de estabelecer prazos e
104 procedimentos para que as discussões avancem de forma organizada e produtiva,
105 reforçando o papel do Conselho na construção das políticas culturais do município.
106 Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata,
107 que após lida e aprovada será assinada pela presidência do Conselho e pelos membros
108 presentes.